



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 - 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 05 – Ano III – 05/2014
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Conflitos e ações coletivas nas universidades: elementos teóricos sobre novas formas de militância nas instituições acadêmicas

Julião Gonçalves Amaral
Cientista Social pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade
Federal de Minas Gerais – UFMG
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9937065227444073>
Email: iarkhan.ufmg@gmail.com

Resumo: Este texto tem por objetivo apontar alguns elementos teóricos relativos à expressão do conflito e da emergência de ações coletivas dentro das universidades. Buscamos na literatura elementos conceituais relativos a atuação dos movimentos sociais no Brasil tomando o movimento LGBT como exemplo. Procuramos traçar uma breve trajetória desses movimentos sociais a partir da diversificação das suas formas de atuação e da sua institucionalização. Na medida em que há o aumento do contato entre pesquisadores e organizações dos movimentos sociais há a influência recíproca entre os dois e a universidade se torna um importante ator das redes dos movimentos. Esse contexto possibilita que estudantes se apropriem das demandas dos movimentos sociais e comecem a apontar as mesmas lógicas de exclusão nas instituições acadêmicas. Um exemplo é o GUDDSI!, um grupo que surgiu para denunciar situações de homofobia na UFMG.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Conflito. Ações coletivas. Universidade. Produção do conhecimento.

Esse texto tem por objetivo discutir diferentes elementos teóricos que apontam para a entrada dos conflitos sociais nas universidades. Buscamos pontuar a forma como os/as pesquisadores/as tem se apropriado dos discursos produzidos pelos movimentos sociais e produzidos diferentes teorias comprometidas com a transformação social e com a emancipação de sujeitos subalternizados.

Procuramos na primeira parte do texto expor os principais elementos teóricos das teorias destinadas a explicar o fenômeno dos novos movimentos sociais. Procuramos apontar os principais conceitos e a forma como esse objeto tem sido trabalho por alguns autores. Na segunda parte, objetivamos traçar uma breve trajetória dos movimentos sociais no Brasil tomando como referência dois fenômenos que têm sido marcantes atualmente, o estabelecimento das redes de movimentos e a crescente aproximação das organizações com o Estado conhecido como institucionalização dos movimentos sociais. Entendemos que esse processo, antes de representar o fenômeno de cooptação, pode representar a assimilação dos movimentos pelo Estado. Tomamos a trajetória do movimento LGBT como exemplo prático dessa dinâmica. Na terceira parte do texto argumentamos como o movimento estudantil tem sido a forma clássica de expressão dos conflitos sociais na universidade. Argumentamos também que ao dialogar com os movimentos sociais, a universidade tem incorporado a crítica feita por eles e transformado a sua própria prática teórica e política. Apontamos que como resultado disso os próprios estudantes tem desenvolvido novas formas de militância e expressado diversas formas de conflito na universidade até então invisíveis.

1. TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Nos anos 1960, na Europa e nos Estados Unidos, ressurgiram as grandes mobilizações e elas colocaram questões interessantes para as duas correntes teóricas que, até então, lidavam com esse tipo de fenômeno: o modelo marxista e o modelo funcionalista (PEREIRA, 2008). As mobilizações dessa década apontavam para novas formas de participação e para o surgimento de novos atores. O marxismo e o funcionalismo não conseguiam explicar efetivamente os pontos fundamentais dessas novas mobilizações: a categoria dos/as atores/atrizes, os objetivos a que perseguiam e o que possibilitava que essas mobilizações

acontecessem (ALONSO, 2009):

Alguns teóricos da revolução ainda as saudaram como retorno do movimento operário, mas, logo se viu, elas eram bastante peculiares. [Diferentemente do que pregava o marxismo] Não se baseavam em classe, mas sobretudo em etnia (o movimento pelos direitos civis), gênero (o feminismo) e estilo de vida (o pacifismo e o ambientalismo), para ficar nos mais proeminentes. Tampouco visavam a revolução política, no sentido da tomada do poder de Estado. [Diferentemente do que apontava o funcionalismo] Não eram reações irracionais de indivíduos isolados, mas movimentação concatenada, solidária e ordeira de milhares de pessoas. (ALONSO, 2009, p. 50-51)

Esse novos atores empunhavam as mais diversas bandeiras e seus objetivos não se voltavam mais para as condições de vida ou para a redistribuição de recursos, eles se remetiam para questões relativas à qualidade de vida e para a afirmação da diversidade de estilos de vivê-la (ALONSO, 2009). Esse novo fenômeno demandou novas concepções teóricas para explicá-los. Surgiram, assim, diferentes modelos teóricos dedicados a explicar essas novas formas de mobilização comumente conhecidas como Novos Movimentos Sociais (PEREIRA, 2008).

Os teóricos desses novos movimentos sociais partem de uma crítica ao modelo marxista como explicação para o conflito, entretanto eles mantêm o enquadramento macro-histórico e a relação entre o conflito e a mudança social (ALONSO, 2009). Basicamente, a teoria marxista compreende os movimentos sociais como resultado do conflito entre a burguesia e o proletariado, sendo o último o ator histórico responsável pela revolução e pela mudança na estrutura da sociedade (ou seja, a superação do sistema capitalista de produção) (PEREIRA, 2008). Durante o século XX teriam ocorrido mudanças na natureza do capitalismo retirando a produção industrial e o trabalho do seu centro. Nessa nova sociedade novos temas apareceriam e novos atores entrariam na cena política (ALONSO, 2009).

Essa concepção teórica ganhou muitos adeptos na América Latina e grande parte dos estudos realizados aqui se guiam por ela como modelo explicativo dos movimentos sociais. Entre os teóricos dos *novos movimentos sociais*, o trabalho de Melucci (2001) ganhou muitos adeptos na explicação dos movimentos sociais latino-americanos principalmente a partir da década de 1990. Para o autor, um movimento social deve ser entendido por meio de uma teoria da ação. Um campo de conhecimento que assuma os movimentos sociais como objeto de estudo deve se

sustentar a partir de uma concepção teórica que dê fundamento à autonomia do agir social coletivo (MELUCCI, 2001).

Segundo Melucci (1996, 2001), um movimento social não pode ser entendido como um ente unitário, mas sim como um conjunto de grupos que se articulam e negociam ideias, interesses e pautas que culminam na constituição de uma identidade coletiva correspondente à causa (MESQUITA, 2008). Segundo ele, há certos princípios importantes a serem levados em consideração na análise de um movimento social, sendo que o primeiro deles afirma que um movimento social é a expressão de um conflito. Isso supõe que um movimento social é resultado da luta entre dois atores sociais pela apropriação de um ou mais recursos (materiais, políticos e/ou simbólicos) que sejam valorizados por ambos. Outro princípio afirma que um movimento social não se limita na expressão de um conflito, mas o leva para além dos limites do sistema de relações sociais a que se direciona a ação de modo romper, dessa forma, as regras do jogo e coloca em xeque a legitimidade do poder vigente. Um terceiro princípio afirma que um movimento social comporta solidariedade entre os seus membros, isto é, o reconhecimento de um NÓS que se encontra no mesmo campo social que, de certa forma, é interditado por um ELES (um adversário) na aquisição dos recursos valorizados pelo grupo (MELUCCI, 2001).

Segundo Mesquita (2008) há entre os teóricos inúmeras dificuldades de conceituação dos movimentos sociais. A primeira delas se refere a tendência a uma percepção estanque deles como objetos de análise, não sendo considerados, muitas vezes, as nuances de suas dinâmicas internas naturalizando-os e os tomando de forma homogênea. Outra limitação se refere ao significado do conceito de movimento social adotado pelos pesquisadores que “tem estado tradicionalmente fundado em uma concepção historicista, linear e objetivista da ação coletiva” (MESQUITA, 2008, p. 181). Os movimentos sociais são comumente tomados como dotados de existência e intencionalidade e que atuam em um cenário em que há um final pré-estabelecido para a sua ação (MESQUITA, 2008).

Melucci (2001) aponta que todos os movimentos sociais são sistemas de ação que combinam orientações diversas, que envolvem vários atores e implicam oportunidades e vínculos que dão forma às suas relações. A definição que os atores constroem de si e da relação com o ambiente não acontece de forma linear, mas sim

por meio de interação e negociação. A ação dos movimentos ocorre por meio de investimentos organizados, definindo o campo de possibilidades e limites que eles apreendem (MELUCCI, 2001). “A unidade do movimento social não é um dado primeiro, inicial, uma condição prévia à existência do próprio movimento, senão uma consequência, um produto destas trocas” (MESQUITA, 2008, p. 182). Se os aspectos mais visíveis relacionados aos movimentos sociais existem, isso acontece graças a realização de um processo que se dá no interior do movimento de contínua atividade e muitas vezes invisível externamente. É devido às experiências cotidianas dos movimentos, a relação e a interlocução estabelecida com outros grupos que a ação política, que se encontra em um primeiro momento de latência, se manifesta em um contexto favorável se torna possível (MESQUITA, 2008).

1.1 Identidade coletiva.

O conceito de *identidade coletiva* permite analisar elementos dos movimentos sociais que dizem respeito a ideologia da militância: como os atores sociais formam uma coletividade e se reconhecem como sendo parte dela, como agir em conjunto faz sentido para os participantes de um movimento social e como o significado da ação coletiva deriva do pré-condições estruturais ou a partir da soma das motivações individuais. Muitas pesquisas sobre os movimentos sociais têm entendido o objeto como se os atores coletivos existissem em si mesmos como essências ontológicas unificadas, prontamente oferecidos para a compreensão do pesquisador através de referência a alguma condição estrutural subjacente ou procuram classificar os motivos por trás dos vários comportamentos coletivos (MELUCCI, 1996).

Melucci (1996, 2001) entende identidade coletiva como uma definição interativa e compartilhada produzida por um número de indivíduos (ou grupos em um nível mais complexo) relativas às orientações da sua ação e do campo de oportunidades e constrangimentos em que tal ação acontecer. A identidade coletiva como um processo envolve definições que dizem respeito aos fins, significados e o campo de ação. Esses eixos de ação coletiva são definidos dentro de uma linguagem que é compartilhada por uma parte ou por toda sociedade, eles são incorporados em um determinado conjunto de rituais, práticas, artefatos culturais e

são estruturadas de modos diferentes. Assim, a identidade coletiva como um processo refere-se a uma rede de relacionamentos ativos entre os atores que interagem, se comunicam, se influenciam mutuamente, negociam e tomam decisões. Certo grau de investimento emocional é necessário na definição de uma identidade coletiva, o que permite que as pessoas sintam-se parte de uma unidade comum. Identidade coletiva nunca é totalmente negociável porque a participação na ação coletiva é dotada de significados que não podem ser reduzidos a cálculos de custo-benefício e sempre mobilizam emoções. Paixões e sentimentos são todos parte de um organismo que age coletivamente, particularmente naquelas áreas da vida social que são menos institucionalizados (MELUCCI, 1996)

Os movimentos sociais “desenvolvem” identidade coletiva em um relacionamento circular com um sistema de oportunidades e restrições. Atores coletivos são capazes de identificar-se quando aprendem a distinguir entre eles próprios e ao meio ambiente. Atores e sistema constituem-se reciprocamente e um movimento só se torna autoconsciente através de uma relação com o seu ambiente externo que oferece à ação social um campo de oportunidades e constrangimentos, que por sua vez são reconhecidos e definidos como tal pelos atores (MELUCCI, 1996).

A unidade de ação coletiva repousa sobre a capacidade de um ator coletivo para localizar-se dentro de um sistema de relações. Um ator coletivo não pode construir a sua identidade de forma independente de outros atores sociais e políticos. A fim de agir, qualquer ator coletivo faz a suposição básica de que a sua distinção de outros atores é constantemente reconhecido por eles, mesmo que apenas na forma extrema de negação. Deve haver pelo menos um grau mínimo de reciprocidade entre os atores (movimento, autoridades, outros movimentos, terceiros), mesmo que ela tome a forma de uma negação, um desafio ou uma oposição (MELUCCI, 1996)

Ao questionarmos sobre o como os indivíduos e os grupos dão sentido à sua ação e como podemos entender esse processo, devemos abandonar uma ideia monolítica e pré-concebida de atores coletivos para entendermos os processos pelos quais um coletivo torna-se coletivo. Uma abordagem processual sobre a identidade coletiva ajuda a realizar essa mudança teórica e metodológica. Mas

corre-se o risco de tomar o conceito como um novo instrumento analítico que simplesmente substitui a antiga busca de um núcleo unificador de um movimento, incorporando-o de uma forma reificada e essencialista. Melucci (1996) aponta que manter o termo "identidade" como parte constitutiva do conceito de "identidade coletiva" se dá pela razão de que nenhuma definição linguística melhor parece disponível. Para ele, identidade coletiva é uma ferramenta analítica assim como um objeto a ser estudado, ele representa uma solução temporária para um problema conceitual e deve ser substituído se e quando outros conceitos se mostrarem mais adequados (MELUCCI, 1996).

Não podemos tomar a identidade coletiva como uma "coisa", como a unidade monolítica do sujeito. Ela deve, ao contrário, ser concebida como um sistema de relações e representações. Identidade coletiva assume a forma de um campo que contém um sistema de vectores em tensão que buscam constantemente estabelecer um equilíbrio entre os vários eixos de ação coletiva e entre a identificação declarada pelo ator e a identificação dada pelo resto da sociedade (adversários, aliados, terceiros). Identidade coletiva na sua forma concreta depende de como este conjunto de relações é realizada em conjunto. Este sistema nunca é um dado definitivo, mas um processo trabalhoso onde a unidade e equilíbrio são constantemente restabelecidos em reação às mudanças e transformações nos elementos internos e externos do campo. Pode-se imaginá-la como um campo que se expande e se contrai e cujas fronteiras se alteram com direção e intensidade variáveis das diversas forças que o constituem (Melucci, 1996).

Após levantarmos alguns elementos conceituais básicos relativos às coletivas, consideramos importante entender um pouco da trajetória dos movimentos sociais no Brasil. Tomo como exemplo prático o movimento LGBT brasileiro tentando relacioná-lo ao contexto mais amplo de militância no país. Traçamos essa trajetória dos movimentos tendo como eixo norteador dois aspectos que têm sido relevantes no seu estudo atualmente: 1) a diversificação nas formas de militância e a criação de redes de movimentos sociais; e 2) o processo de aproximação dos movimentos sociais com o Estado, processo conhecido como institucionalização dos movimentos.

2. TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL.

No Brasil, a atuação dos novos movimentos sociais e o estudo científico dessas mobilizações surgiram e se desenvolveram no contexto da ditadura militar e das lutas por redemocratização (CARDOSO, 1994; GOHN, 2010). Em um ambiente marcado por reivindicações pela abertura política do país, os movimentos sociais clamam por noções mais amplas de democracia, de modo a redefinir no Brasil as concepções do que podemos considerar terreno da política e das relações de poder a serem transformadas. Eles ampliaram e aprofundaram a noção de democracia ao incluir nessa práticas sociais e culturais de modo a transcender o nível político institucional formal (DAGNINO, 1994). Segundo Dagnino (1994), a experiência dos movimentos sociais brasileiros constituiu uma nova noção de cidadania. A luta desses movimentos acabou por enfatizar o caráter histórico do que seria essa noção, marcada por interesses e práticas que possibilitaram a sua contínua transformação (DAGNINO, 1994).

Na base dessa nova noção está a luta por *direitos* promovida pelos movimentos sociais. Eles redefiniram a noção de direitos ao demonstrar seu caráter histórico e contingente em contrapartida à ideia de *direitos naturais*. A concepção de *direito a ter direitos* demonstra isso muito bem. Essa noção não se limita a conquista ou ao acesso a direitos abstratos e formais previamente estabelecidos (DAGNINO, 1994). Ela pressupõe “a invenção/criação de novos direitos, que emergem de lutas específicas e de sua prática concreta” (DAGNINO, 1994, p. 108). Os diversos grupos reivindicam pela criação de novos direitos tomando como base suas características e especificidades grupais (DAGNINO, 1994).

O movimento LGBT¹ brasileiro também surge no contexto de lutas pela

¹ Ao longo dos anos o movimento passa a sofrer transformações também na sua nomenclatura. Descritobasicamente como MHB (Movimento Homossexual Brasileiro), em 1993 passa a ser definido como MGL (Movimento de Gays e Lésbicas). Posteriormente, após 1995, aparece como movimento GLT (Gays, Lésbicas e Travestis). A partir de 1999 passa a ser chamado de movimentos GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros). Em 2008 fica convencionada a sigla LGBT, com o intuito de aumentar a visibilidade das lésbicas no movimento. Essas mudanças no nome do movimento refletem um jogo político no seu interior que visa afirmar e/ou dar visibilidade aos segmentos internos (Facchini, 2009). Nesse trabalho utilizo o termo LGBT para designar genericamente a militância de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros nas últimas décadas.

redemocratização do país. Eles trouxeram novas questões sobre a democracia e também foram responsáveis pela formulação de uma nova noção de cidadania. Esses movimentos (juntamente com os movimentos feministas) questionaram a hierarquia sexual e a homofobia, e propuseram a democratização das relações sociais baseadas na sexualidade. Os movimentos sociais LGBT brasileiros tiveram influência direta dos grupos militantes estadunidenses e europeus (PRADO ET AL, 2010) e sua atuação, inicialmente, se dava principalmente no eixo Rio de Janeiro – São Paulo (FACCHINI, 2009). É um consenso entre alguns autores/as (Facchini, 2009; PRADO ET AL, 2010) que a militância dos grupos LGBT surge com a fundação do Grupo Somos, que teve um papel importante no processo de atribuir o caráter político às discussões sobre orientação sexual. Após a redemocratização do país e a fundação do Grupo Somos, surgiram vários outros grupos, sendo que muitos deles atuavam com temáticas transversais à da orientação sexual, como os grupos que discutiam afro-descendência e homossexualidade e o GALF (Grupo de Ação Lésbico Feminista), que trabalhava com as questões das lésbicas dentro do movimento (PRADO ET AL, 2010).

A epidemia de HIV/AIDS foi um fator muito influente na proliferação de grupos LGBT pelo país (FACCHINI, 2009; PRADO ET AL, 2010). Segundo Facchini, o incentivo dado à formulação de grupos configurou:

[...] a implementação de uma política de prevenção às DST/Aids baseada na ideia de parceria entre o Estado e sociedade civil e num claro incentivo às políticas de identidade como estratégia para a redução da *vulnerabilidade* de populações estigmatizadas. (FACCHINI, 2009, p. 139)

Prado et al (2010) apontam que alguns grupos preferiram fazer discussões mais afastadas das políticas de prevenção como forma de tentar desvincular o estigma social da doença da imagem dos homossexuais, esse foi o caso do grupo Triângulo Rosa. Outros grupos já buscaram conjugar políticas de prevenção com lutas por direitos (PRADO ET AL, 2010).

2.1 Diversificação da militância e redes de movimentos sociais.

Durante os anos 2000, segundo Gohn (2010), há um aumento e uma diversificação nas formas de associativismo no Brasil. Movimentos de diferentes graus de organização e abrangência territorial ganham a cena pública. Movimentos com maior ou menor grau de institucionalização, novos e antigos, atuam conjuntamente na sociedade. Organizações sociais (mais institucionalizadas, como ONG's) e movimentos sociais propriamente ditos (menos institucionalizados) atuam na esfera pública (GOHN, 2010).

Diferentes níveis de articulação das associações civis se configuram atualmente no Brasil. Em um primeiro nível podemos encontrar o associativismo local, como as associações civis, os movimentos comunitários e algumas Organizações Não-Governamentais (ONG's) ou terceiro setor. Formas de articulação inter-organizacionais, como os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONG's e as redes de redes (que procuram se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil) são encontrados em um segundo nível de articulação do associativismo contemporâneo. No terceiro nível, observa-se que os atores presentes nos dois níveis anteriores agora buscam transcendê-lo através das grandes manifestações em praça pública com o intuito de dar visibilidade à causa como forma de pressão política. Como resultado de todo essa articulação de militância, se constituiu o que pode ser definido como rede de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2006):

Esta pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. [...] A ideia de rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, localizadas dos sujeitos/atores coletivos. SCHERER-WARREN, 2006, p. 113

Agora as associações se articulam em redes através de fóruns e encontros que conjugam vários grupos (movimentos sociais e ONG'S) do mesmo tipo ou de temáticas diferentes. A atuação de vários movimentos transcende os limites territoriais nacionais, de modo que muitos deles se articulam com outros grupos ao redor do mundo. Assim, há o alargamento das fronteiras dos conflitos sociais, resultado da nova geopolítica global (GOHN, 2010).

A partir da década de 1990, o movimento LGBT também começa a se organizar em redes de entidades e ativistas em nível local e nacional. A primeira rede nacional, fundada em 1995, foi a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) (FACCHINI, 2009). A ABGLT se mostra como um ator capaz de articular os diversos movimentos LGBT no Brasil e ela têm buscado pautar várias discussões sobre direitos civis no âmbito nacional ao fazer pressão nos/as políticos do poder legislativo e ao demandar a construção de políticas públicas com foco na população LGBT (PRADO ET AL, 2010). À ABGLT se seguiram a constituição de várias outras redes nacionais que envolvem o reconhecimento das especificidades dentro do movimento e também as relações políticas que estabelecem certas “autoridades” e “autorizações” na dinâmica interna cotidiana do movimento. Entre essas redes podemos destacar a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA), criada em 2000; a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), criada em 2003; a Rede Afro-LGBT; criada em 2005; o Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas (Candace), criado em 2007; a Associação Brasileira de Gays (ABRAGAY), criada em 2005; entre outras (FACCHINI, 2009).

2.2 Institucionalização dos movimentos sociais.

Outro momento importante na trajetória dos movimentos sociais, que se deu pós-redemocratização do país, é apontado por Cardoso (1994) como a fase da “institucionalização dos movimentos sociais” e sua aproximação com o Estado. Essa fase é marcada pela transformação de muitos movimentos sociais em ONG’s e pela expansão do terceiro setor no país (GOHN, 2010). Muitos/as autores/as apontam esse momento como um refluxo dos movimentos e afirmam que eles foram “cooptados” pelo Estado e que perderam seu caráter conflitivo e transformador (GOHN, 2010). Entretanto, Cardoso (1994) não enxerga essa institucionalização como algo negativo. Para a autora, esse processo fez parte da dinâmica dos próprios movimentos e foi reflexo da soma de sua atuação no primeiro momento aliado ao novo contexto político do país. Antes de representar “cooptação” dos movimentos pelo Estado, esse processo representaria novas possibilidades de recursos e formas de atuação (através de ONG’s com militantes profissionalizados e dedicados exclusivamente a causa) (CARDOSO, 1994).

Já na década de 1990, alguns grupos LGBT se mostravam menos vinculados a ideologias anarquistas e de esquerda, e mais abertos à institucionalização e a uma aproximação com o Estado e atores políticos formais (como partidos políticos). Ações mais pragmáticas e a tendência à institucionalização influenciaram vários grupos LGBT, sendo que vários deles se constituíram no formato de ONG's (PRADO ET AL, 2010). Assim, os grupos ampliaram e diversificaram as formas de suas iniciativas. Segundo Facchini:

Além dos grupos comunitários, o movimento passa a contar, entre outros formatos, com associações e organizações formalmente registradas, com setoriais de partidos políticos, com grupos religiosos e com grupos situados na interface entre ativismo e pesquisa, constituídos no interior das universidades. Apesar da diversidade de formatos, pode-se dizer que há uma tendência à institucionalização das organizações, como predomínios de associações e das organizações da sociedade civil de interesse público. (FACCHINI, 2009, p. 139)

Entender o processo de institucionalização dos movimentos sociais no Brasil exige fazermos uma ressalva importante que geralmente não tem sido observada nas interpretações correntes que é a necessidade de romper com essa compreensão tradicional de institucionalização como cooptação e/ou abandono dos repertórios de ação contestatórios (SILVA, 2011). Essa compreensão geralmente toma tanto sociedade civil quanto Estado como entes homogêneos e não percebem as tensões e relações de poder que se dão tanto internamente a cada um quanto entre eles. Para analisar as relações políticas entre esses atores precisamos “ter em vista a formação de fronteiras identitárias, sendo fundamental ter cautela para não nos deixarmos seduzir pelo conforto de explicações reducionistas e maniqueísmos congelados, que opõe radicalmente estes atores” (PRADO E MACHADO, 2014, p. 167). Precisamos entender que essas diferenciações e pontos de contato entre eles servem, em última instância, para a delimitação de papéis na cena pública (PRADO E MACHADO, 2014).

Para entender a lógica de institucionalização dos movimentos sociais no Brasil atualmente precisamos levar em consideração a existência da disputa entre diferentes projetos políticos que guiam o processo de construção da democracia brasileira. Para Dagnino (2004) existe uma “confluência perversa” entre dois projetos² de democracia no Brasil: o primeiro é um projeto participativo e o segundo

²A autora aponta também a existência de um terceiro projeto político, o Autoritário, vigente durante o

é o projeto neoliberal. Segundo a autora, o primeiro projeto é marcado pelo alargamento dos espaços de participação ao se criarem diferentes espaços públicos e se ampliarem os processos de discussão e tomada de decisão na criação de políticas públicas. Esse projeto é resultado da luta contra a ditadura militar empreendida por diferentes setores da sociedade civil brasileira com destaque para o papel desempenhado pelos movimentos sociais e ele se amplia com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva como Presidente da República e a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder. O segundo projeto ganha respaldo com a eleição de Fernando Collor em 1989 e se amplia no governo de Fernando Henrique Cardoso e tem como estratégia principal o estabelecimento de um Estado Mínimo que se isenta de seu papel como garantidor de direitos encolhendo suas responsabilidades sociais e transferindo-as para a sociedade civil no formato das ONGs e no alargamento do terceiro setor (DAGNINO, 2004).

Essa perversidade é claramente exposta nas avaliações dos movimentos sociais, de representantes da sociedade civil nos Conselhos gestores, de membros das organizações não governamentais (ONG) envolvidas em parcerias com o Estado e de outras pessoas que de uma maneira ou de outra vivenciam a experiência desses espaços ou se empenham na sua criação, apostando no potencial democratizante que eles trariam. Elas percebem essa confluência perversa como um dilema que questiona o seu próprio papel político: “o que estamos fazendo aqui?”, que projeto estamos fortalecendo?, não ganharíamos mais com outro tipo de estratégia que priorizasse a organização e a mobilização da sociedade, ao invés de atuar junto com o Estado? (DAGNINO, 2004, p. 97)

Segundo Dagnino (2004) o risco percebido pelos atores da sociedade civil nesse processo é o de que a participação nas instâncias decisórias, defendida pelos atores que sustentam o projeto participativo democratizante como um mecanismo de ampliação da democracia e de diminuição da exclusão, possa servir aos objetivos do projeto neoliberal (DAGNINO, 2004). Mais do que simplesmente cooptação, essa confluência perversa é resultado do tensionamento entre diferentes forças políticas (muitas vezes antagônicas) no interior da sociedade civil e do Estado.

É importante apontarmos que a institucionalização significou um deslocamento de uma parte importante dos conflitos sociais para o interior do Estado. Assim, muitas organizações passaram a utilizar os diferentes canais disponibilizados pelo Estado para expressar suas demandas e propostas, confrontar

período de ditadura no país que não será trabalhado neste texto (Dagnino, 2004).

seus adversários e construir alianças. Criou-se um quadro complexo em que alguns setores do governo tenderam a estar mais atentos aos interesses de certas organizações e movimentos enquanto outros passaram a ser identificados como adversários (SILVA, 2011):

Em um contexto de governos formados por coalizões políticas carentes de unidade programática, uma parte importante das disputas passa a se dar no interior do próprio Estado, entre as diferentes forças políticas que compõem as coalizões e ocupam distintos setores do governo. (SILVA, 2011, p. 41-42)

Avritzer (2007) aponta que, no Brasil, com o aumento da participação da sociedade civil em políticas sociais através das instituições participativas, aumentaram-se também as formas de representação política. Nesse processo, o aumento da representação ocorreu “seja pelo fato de que os próprios atores sociais passaram a se denominar representantes da sociedade civil, seja por que o Estado passou a lidar institucionalmente com uma representação oficial da sociedade civil” (AVRITZER, 2007, p. 444). Na representação da sociedade civil, as organizações (movimentos sociais, ONG’S, etc.) que atuam há muito tempo com um certo tema na área de políticas sociais frequentemente assumem a representação da sociedade civil em conselhos ou outras instituições responsáveis pela formulação de políticas públicas relacionadas ao seu tema. Houve o aumento da implementação de políticas públicas que demandam o envolvimento das organizações na sua formulação. Essa modalidade de acesso institucional dos movimentos sociais é responsável pelo aumento significativo do repasse de recursos do governo para esses grupos (SILVA, 2011). Essa forma de representação tem sua origem na escolha entre os/as atores/atrizes da sociedade civil, decidida no interior das organizações civis, e a legitimidade do/a representante se dá pela relação dele/a com o tema (AVRITZER, 2007).

Associações da sociedade civil possibilitaram que se efetivassem formas de representação política de minorias. Essas associações civis voltadas para temáticas de grupos específicos possibilitaram que essas perspectivas sociais tenham representação política adequada na esfera pública (MENDONÇA, 2008). Elas podem garantir a representação pública de grupos específicos devido ao fato de captarem e ampliarem os aspectos públicos desses debates. É tanto possível que elas se envolvam em instituições participativas quanto que elas exerçam pressão em

arenas formais de tomada de decisão. No primeiro caso, elas exercem influência direta nos processos de tomada de decisão em arenas em que o governo estabelece diálogo com os/as atores/atrizes sociais. No segundo caso, as associações podem fazer pressão nos/as políticos/as eleitos/as que agem sob o ideal de certos discursos, interesses, opiniões e perspectivas. (MENDONÇA, 2008).

É importante pontuarmos também o papel de militantes vindos de organizações sociais e o seu ingresso em cargos governamentais, especialmente a partir do Governo Lula em 2003. “Como uma parcela significativa dos militantes petistas possui fortes vínculos com organizações sociais, isto significou o ingresso no Governo Federal de um grande número de membros de organizações sociais como ONGs, sindicatos e movimentos sociais” (SILVA, 2011, p. 40). Esses militantes procuram atuar como mediadores e representantes dos interesses de suas causas nos processos de formulação e decisão sobre as políticas públicas implementadas (SILVA, 2011).

Nesse contexto percebemos um crescimento do movimento LGBT em todo o país. Com a formulação do Programa Brasil Sem Homofobia (PBSH), em 2004, e a publicação a nível internacional dos Princípios de Yogyakarta, que apresenta princípios básicos de orientação aos Estados na efetivação dos direitos humanos para a população LGBT, o movimento amplia sua legitimidade. Tanto o plano quanto os princípios, além de fornecer importantes ferramentas e respaldo político para militância do movimento, formaliza diretrizes para ser adotadas pelos poderes governamentais locais na formulação de políticas públicas (PRADO E MACHADO, 2014).

Aqui podemos perceber a confluência perversa apontada por Dagnino (2004). Ao invés de falarmos em um simples processo de cooptação, essa confluência pode ser entendida como assimilação. Uma vez que os espaços institucionais são espaços fortemente controlados por regras, procedimentos e mecanismos burocráticos que limitam as possibilidades de enfrentamento, corre-se o risco não de cooptação como afirma a literatura corrente sobre institucionalização, mas de assimilação dos grupos organizados e de uma possível diminuição de sua capacidade interpelação (PRADO E MACHADO, 2014). Essas limitações institucionais “deixam dúvidas quanto à capacidade destes movimentos em

produzirem novos antagonismos que apontem para ações contra-hegemônicas nos espaços que passaram a ocupar” (PRADO E MACHADO, 2014, 160). O reconhecimento por parte do Estado tem sido um elemento importante de legitimação dos movimentos sociais. Entretanto, esse reconhecimento pode impulsionar sua assimilação levando-os a reproduzirem discursos alinhados às lógicas governamentais e institucionais. Podemos perceber certa limitação dos movimentos sociais em contato com o Estado quando lideranças que ocupam determinados de espaços de poder não conseguem mais formular posicionamentos críticos ao governo. Além disso, podemos apontar que quando uma organização adequa sua atuação aos editais de fomento ou se organiza em função dos arranjos participativos corre-se o risco de “o sistema de ação que subjaz à sua identidade coletiva estará subscrito à gramática política hegemônica e ao projeto de poder protagonizado pelos governos com os quais dialoga” (PRADO E MACHADO, 2014, p. 167)

Prado e Machado (2014) apontam que a aproximação do movimento LGBT de Belo Horizonte com o Estado, por exemplo, “impediu que os grupos articulassem a multiplicidade do fazer político com a multiplicidade dos atravessamentos identitários, perdendo parte de sua capacidade de enfrentamento” (PRADO E MACHADO, 2014, p. 165). As ações dos grupos tinham que se adequar às demandas dos aliados e legitimar os mecanismos institucionais que os apoiaram. Quando a relação dos movimentos sociais com o Estado é marcada pela ampliação da assimilação, motivada por ações do governo federal (de forma proposital ou como reflexo não previsto de suas ações), corre-se o risco da adesão dos movimentos a um discurso popular hegemônico que tende a neutralizar as divergências e os conflitos (PRADO E MACHADO, 2014). Assim, o rompimento com os limites de compatibilidade do sistema, um dos eixos centrais de um movimento social segundo Melucci (1996, 2001), fica comprometido e sua capacidade de transformação social limitada. As políticas que promovem o reconhecimento identitário podem fomentar a produção e a institucionalização das identidades (PRADO E MACHADO, 2014).

Os fenômenos de institucionalização e proliferação de redes de movimentos sociais são elementos importantes para entendermos a manifestação dos conflitos sociais nas universidades. Como uma instituição social (CHAUÍ, 2003), a

universidade influencia e é influenciada pelos fenômenos que atravessam a sociedade e o Estado. Por ser uma instituição mantida pelo Estado com o intuito de formar cidadãos, a universidade acaba ocupando um espaço intermediário entre sociedade civil e Estado, muitas vezes borrando os limites entre esses dois espaços e muitas vezes transcendendo os dois. Importante notar também que a medida em que os governos começam a dialogar com os movimentos sociais, eles começam a demandar maior entendimento sobre esses grupos e a financiar mais pesquisas com temas relacionadas a eles. A medida em que começa a se relacionar de forma dialógica com os movimentos, acadêmicos/as e núcleos de pesquisa se tornam importantes atores inseridos nas redes dos movimentos, seja para legitimá-los, seja para se opor a eles. Esse contato faz com que os pesquisadores transformem ao mesmo tempo sua prática acadêmica e política e que as formas de conflito da sociedade se expressem na universidade questionando a sua prática.

Historicamente, o movimento estudantil tem sido a forma de expressão de conflito e o modelo clássico de ação coletiva na universidade. Entretanto, com a diversificação do conflito na sociedade, novas formas de militância tem surgido nas instituições acadêmicas e novas formas de expressões políticas tem sido protagonizadas por professores e estudantes.

3. CONFLITO NAS UNIVERSIDADES: DO MOVIMENTO ESTUDANTIL A NOVAS FORMAS DE AÇÃO COLETIVA DOS ESTUDANTES.

A militância política da juventude vem sendo o tema de diversos estudos e pesquisas das diferentes áreas das ciências humanas e sociais (AUGUSTO 2008, CASTRO 2009, BACELAR 2010, MAYORGA ET AL 2012). Alguns desses estudos trazem um diagnóstico de apatia política entre as/os jovens, isso porque eles apresentam uma perspectiva fechada do que se consideraria válido como participação política, sendo exclusivamente os canais institucionais formais, como a participação em partidos políticos, eleições, grêmios estudantis, etc. Esses estudos constatarem um esvaziamento do número de jovens dos espaços formais, uma diminuição da participação em eleições (em contextos onde o voto não seja obrigatório) e na filiação a partidos políticos e, assim, afirmam que elas/es não estão mais interessados em militar e se engajarem politicamente (BACELAR 2010).

A diminuição do ativismo juvenil nos espaços das instituições políticas pode ser analisada como um sintoma de contradições internas inerentes a possibilidade de agência em um contexto fortemente normativo, como o institucional, levando os atores a preferirem uma atuação política na dimensão do cotidiano. As formas contemporâneas de atuação política dos jovens trazem “uma interpelação sobre essas duas dimensões, deixando a pergunta sobre quais elementos paradoxais estariam entre a participação nas instituições da política e a política do cotidiano” (MAYORGA, CASTRO E PRADO 2012, p. 267). Na atualidade, a relação da juventude com a política apresenta um sintoma de uma sociedade que evita enfrentar as inúmeras contradições na sua trajetória de democratização. A escolha de uma atuação política voltada para o cotidiano aqui é entendida como uma maneira de enfrentar o problema agindo a partir dos elementos que contribuem para a reprodução dessa lógica na cultura. Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pela juventude para associação com a política típicas do nosso tempo (dificuldades materiais, educação, legitimidade, etc.), ela pensa e luta por um mundo mais plural e democrático, ela se preocupa em transformar a sociedade transformando a si no processo (MAYORGA, CASTRO E PRADO, 2012). A participação política da juventude atualmente encontra uma série de obstáculos, uma vez que o próprio processo de se tornar sujeito militante é um processo político que envolve lutas e conflitos para se tornar sujeito de fala participativo (MAYORGA ET AL, 2012). Analisar o esvaziamento dos jovens dos espaços formais de atuação requer, entretanto, entender quais são as incongruências existentes entre os espaços formais de militâncias e os objetivos e interesses dos jovens. Como exemplo podemos tomar a chamada crise de representatividade entre os estudantes sofrida pelo movimento estudantil atualmente.

O movimento estudantil tem sido historicamente o ator social privilegiado de ação coletiva e manifestação do conflito nas universidades. Sendo uma das principais expressões do protagonismo juvenil, ele continua sendo uma possibilidade legítima de inserção e atuação política para um grande número de estudantes. Seu posicionamento político reivindicatório perante o Estado durante a ditadura militar se enraizou no imaginário social como o seu grande momento de atuação (MESQUITA, 2003).

Entre as principais prioridades do movimento estudantil atualmente

encontram-se a defesa da educação brasileira, mais especificamente a defesa das universidades e apontam existir uma crise de legitimidade e representação enfrentadas pelas instituições universitárias no Brasil. Aliado a esta pauta encontra-se também no interior do movimento uma luta contra uma política econômica que resulta em carência de serviços básicos como educação e saúde o que gera menos qualidade de vida (MESQUITA, 2003).

Entretanto devemos pontuar que, atualmente, o movimento passa por uma crise de representatividade que se manifesta na pouca expressividade entre os estudantes e na fragmentação da sua ação (MESQUITA, 2003).

Burocratizado, hierarquizado, centralizador, partidarizado, ultrapassado... Estas são algumas das representações (inclusive dos militantes) acerca do movimento estudantil que, de certa forma, se cristalizam enquanto justificativas do distanciamento entre os estudantes e suas entidades. Como uma das temáticas mais debatidas e refletidas por estes nos últimos anos, a questão da representatividade do movimento estudantil vem sendo uma preocupação constante. (MESQUITA, 2003, p. 122)

Uma característica do movimento que contribui fortemente para o distanciamento dos/as estudantes é a forte partidarização ou, como é mais conhecido, seu aparelhamento pelos partidos políticos. “Essa discussão coloca em foco outra questão: a institucionalização no movimento de uma prática política reprodutora de um habitus que garante na sua essência uma profissionalização da própria política” (MESQUITA, 2003, p. 125). Essa prática resulta no fato de os movimentos estudantis não terem uma agenda própria para a universidade e para os estudantes e acabam reproduzindo no seu interior a agenda dos partidos políticos (MESQUITA, 2003).

Ao se pautarem pela agenda dos partidos políticos e se guiarem por um modelo universalista de estudante, o movimento não consegue captar demandas mais imediatas dos estudantes que dizem respeito ao seu cotidiano nas universidades. Os órgãos de representação estudantil procuram tratar das questões de todo o corpo discente em geral; tentam ser abrangentes e imparciais com os/as estudantes, não se focando em características e demandas específicas do alunado. Mayorga et al (2008) demonstram como esses órgãos, na busca por atender às demandas de todos/as os/as alunos/as de forma universalista, muitas vezes invisibilizam algumas questões que dizem respeito à alguns grupos específicos de estudantes, não reconhecendo, dessa forma, a diversidade que compõe o corpo

discente da universidade. A representação estudantil formal tem dificuldade em agregar pautas específicas de reivindicação (como de estudantes negros/as, de origem popular, LGBT) às demandas gerais dos/as alunos/as e pensar um projeto de representação que seja de todos/as e que, ao mesmo tempo, reconheça a diferença e a diversidade (MAYORGA ET AL, 2008). Devido às suas dinâmicas de funcionamento:

[...] DA's, CA's e Grêmios não se apresentam como espaço onde o aluno negro [por exemplo] encontra acesso às suas demandas e onde é representado e acolhido em sua especificidade, apontando para o fato que nem todos os estudantes usufruem e interagem com esse espaço de representação estudantil. (MAYORGA ET AL, 2008, p. 53).

Esse tipo de postura leva os estudantes a procurarem outros meios de atuação política mais alinhados com a sua realidade e com maiores possibilidade de vocalização das suas reivindicações. Podemos afirmar que, diferentemente das décadas passadas em que o movimento estudantil se configurava como o único meio de expressão política dos estudantes, atualmente contamos com diferentes canais de atuação para os jovens. “Muitos deles sinalizam a emergência de novos atores juvenis que atuam nos mais diversos campos, discutindo e construindo coletivamente políticas públicas que atendam as suas necessidades” (MESQUITA, 2003, p. 118).

3.1 Novos atores, novas teorias e novas demandas: o caso do Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual.

Atualmente, diferentes formas de conflito tem se expressado nas universidade os jovens estão cada vez mais se apropriando desses conflitos e inventando novas formas de ação coletiva. Compreender essas formas de atuação requer entendermos algumas mudanças ocorridas no contexto universitário como um todo bem como tomar e a universidade e a própria produção do conhecimento como campo de disputas e conflitos. Contemporaneamente, o próprio campo teórico tem sido transformado e o constante diálogo de pesquisadores/as com militantes de movimentos sociais tem produzido uma ciência mais interessada e comprometida com a transformação social.

As discussões LGBT, por exemplo, aumentaram dentro academia e diferentes

pesquisas começaram a tomar os movimentos sociais de diversidade sexual como objeto de estudo. Mais do que simplesmente categorizar e apontar a existência desses movimentos, diversos pesquisadores procuram trazer os atores sociais LGBT e sua crítica social para dentro das universidades. Cresce o trânsito de militantes que vão para as universidades e de pesquisadores que se engajam na política. Núcleos de pesquisa começam a realizar estudos sobre os repertórios de ação dos movimentos, sendo as pesquisas das Paradas do Orgulho LGBT, realizadas em parcerias com organizações do movimento, um exemplo marcante desse fato. A denúncia realizada pelo movimento começar a ser incorporada pelas teorias. Núcleos de pesquisa que trabalham com temáticas relacionadas ao feminismo, diversidade sexual, relações étnico-raciais e outros começam surgir e se expandem e um grande número pesquisadores começam a se formar tendo esses temas objetos de estudo (PRADO E MACHADO, 2014).

Tomamos a universidade aqui como uma instituição social e, dessa maneira, entendemos que ela exprime a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Assim, a universidade é tomada como uma ação social, uma prática fundamentada no reconhecimento público que lhe confere autonomia perante outras instituições que é estruturada por ordenamento, regras, normas e valores de legitimidade internos a ela. Como uma instituição social, poderíamos supor que a universidade configurar-se-ia como um reflexo da sociedade e do Estado a qual ela está inserida. Entretanto, exatamente por ser uma instituição definida por sua autonomia intelectual que a universidade se relaciona com o todo da sociedade e do Estado de maneira conflituosa (CHAUI, 2003). Mais do que simplesmente a reprodução das estruturas da sociedade, entendemos também que ela é responsável pela produção de diversas estruturas sociais que ela reproduz.

Importante lembrar que, apesar de a universidade ser um espaço de produção e reprodução de desigualdades, também fazem parte de sua comunidade sujeitos que realizam práticas concretas que não necessariamente se empenham na sua conservação (MAGALHÃES ET AL, 2010). “Por um lado, ela é um aparelho de reprodução da sociedade, mas é, ao mesmo tempo, lugar de contraditório de práticas sociais” (MAGALHÃES ET AL 2010, p. 110). Seus espaços são dinâmicos e se transformam com o conjunto da sociedade. Apesar de, nas universidades, o perfil de estudantes, pesquisadores/as e professores/as ter se mantido o mesmo durante

muito tempo, vem ocorrendo um processo de diversificação em relação às origens e aos posicionamentos políticos identitários dos sujeitos no seu interior, como o ocorrido pela introdução de políticas de Ações Afirmativas (MAYORGA E SOUZA, 2010), mudança que não garante por si só uma democratização da lógica de produção do conhecimento, mas que possui grande potencial para formar pesquisadores com uma visão politizada da sua situação como sujeito (MAGALHÃES ET AL, 2010).

A emergência política de novos atores sociais acaba por fazer uma denúncia, política e epistemológica, do histórico de desrespeito de certos grupos e o esforço para romper com a reprodução e atualização dessas lógicas provenientes das normas que perpassam as instituições de produção do conhecimento. Essa renovação reivindica um novo tipo de comprometimento ético por parte dos sujeitos envolvidos com a produção de conhecimento, o que faz emergir alguns pesquisadores preocupados com os aspectos sociopolíticos de sua produção considerados como militantes (REIS ET AL, 2010). Diversos autores começam a se preocupar em ressignificar a produção do conhecimento e estabelecer parâmetros de uma ciência engajada com a transformação social.

Matos (2012) procura estabelecer os limites de um campo teórico que deve ser tomado como o lócus epistêmico para a análise das hierarquias sociais. Esse campo, denominado por ela como *crítico-emancipatório das diferenças*, tem como objetivo a visibilidade das lógicas de subalternização com vistas a superação das desigualdades. A ciência aqui estaria interessada não apenas em analisar as lógicas de inferiorização, mas pensar meios para a emancipação desses grupos inferiorizados (MATOS, 2012):

A insistência aqui, entretanto, será na urgência política e estratégica de outra moldura teórica compreensiva, inclusiva, mais justa e mais fortemente democrática, para envolver esses diferentes campos subalternos de saber em uma tentativa de unificação epistemológica que não pretenda fazer sucumbir ou invisibilizar (mais uma vez) tais diferenças, mas, ao contrário, que vise a empoderá-las no sentido de uma frente unificada de luta teórico-político-analítica-científica que, dessa vez, possa transbordar no sentido oposto ao iniciado pelos estudos originalmente fragmentados. (MATOS, 2012, p. 57)

Santos (1999) aponta a emergência de um novo paradigma das ciências em que a produção do conhecimento seria questionada a partir da sua capacidade de transformação social. O autor fala de “um conhecimento prudente para uma vida

decente”, apontando que contemporaneamente atravessamos uma nova revolução científica:

Sendo uma revolução científica que ocorreu numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente). (SANTOS, 1999, p. 37)

Ao pontuar as principais características desse novo paradigma³ ele afirma que o novo conhecimento tende a ser não dualista, que se funda na superação das distinções dicotômicas clássicas da ciência moderna como natureza/cultura, natural/artificial, sujeito/objeto, indivíduo/sociedade, etc. Esse relativo colapso das dicotomias se reflete nas disciplinas científicas que se fundamentam sobre elas resultando no fim da dicotomia entre ciências sociais e ciências naturais (SANTOS, 1999).

O autor também afirma que no paradigma emergente o conhecimento é ao mesmo tempo total e local. Diferentemente da ciência moderna, em que o conhecimento avança pela especialização, na ciência contemporânea o conhecimento constitui-se ao redor de temas que são adotados por grupos sociais concretos como projetos de vida (SANTOS, 1999). “A fragmentação pós-moderna não é disciplinar e sim temática” (SANTOS, 1999, p. 47). Assim, diferentes disciplinas são acionadas para compreender problemas e objetos relacionados a vida prática das pessoas.

Segundo Santos (1999) a ciência moderna não tolera a interferência dos valores humanos ou religiosos no seu conhecimento produzido. No paradigma pós-moderno (o paradigma emergente), “o ato criativo protagonizado por cada cientista e pela comunidade científica no seu conjunto tem de se conhecer intimamente antes que conheça o que com ele se conhece do real” (SANTOS, 1999, p. 52). Os sistemas de crenças e juízos de valor dos cientistas não estariam antes ou depois da explicação científica, mas seriam parte integrante do próprio processo de produção do conhecimento (SANTOS, 1999).

A ciência pós-moderna entende que apenas a configuração de todas as

³ Segundo ele qualquer caracterização desse novo paradigma só pode ser feita de maneira especulativa.

formas de conhecimento é racional, sendo necessário que o conhecimento científico se deixe penetrar por elas. Ele aponta a importância que o conhecimento do senso comum tem nesse processo por enriquecer a nossa relação com o mundo prático. Para ser um conhecimento democrático e aberto a todos/as, o conhecimento científico deve se converter em senso comum (SANTOS, 1999). Segundo ele, no paradigma emergente, o conhecimento científico “ao sensocomunizar-se, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em auto-conhecimento, o desenvolvimento tecnológico de traduzir-se em sabedoria de vida” (SANTOS, 1999, p. 57).

Atualmente, muitos/as alunos/as, ao entrarem na universidade, se deparam com essas e outras propostas teóricas que buscam fundamentar uma ciência engajada. Eles/as também acabam se aproximando das teorias que procuram dar voz as críticas dos movimentos sociais e as incorporam não apenas na sua militância, mas também na sua formação acadêmica. Muitos estudantes se formam nessa interseção entre academia e militância e buscam se engajarem tanto no campo teórico quanto no campo político. Esse fenômeno possibilitou a emergência de diversos coletivos de estudantes que se localizam a parte do movimento estudantil e levantam diferentes bandeiras na universidade.

Podemos apontar como exemplo a ação do Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (GUDDS!), um grupo que se articulou dentro da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e tem denunciado o espaço institucional universitário como produtor e reproduzidor de lógicas excludentes em relação a diversidade sexual. O grupo surge em 2007 com a intenção de ser um espaço de trocas de experiências sobre a vivência da homossexualidade e da lesbianidade e para o estudo textos teóricos relacionados à diversidade sexual. Logo no início já perceberam a necessidade de agir politicamente para mudar a situação de subalternidade que enfrentavam nos diversos espaços da sociedade, entre eles a universidade. O grupo conseguiu agregar estudantes de diversas áreas. A formação inicial contava com estudantes de graduação em Psicologia, Letras, Artes Cênicas, Belas Artes e Farmácia (PRADO, ARRUDA E ROCHA, 2009).

Logo no início já pesava de forma decisiva um desejo dos/as participantes em apresentarem-se desvinculados do movimento estudantil. Esses estudantes

percebiam um momento de desgaste da representação estudantil formal junto à maioria dos/as discentes da universidade. Eles/as acreditavam não ser estratégico para a atuação do novo coletivo apresentarem-se vinculados a ele. Debateu-se também sobre a vinculação partidária do grupo, optando-se por manterem-se apartidários e começaram a desenvolver entre eles/as uma noção de diferenciação entre vinculação partidária e ação política (PRADO, ARRUDA E ROCHA, 2009). Eles se constituíram como “um grupo de ação política, sem vinculação partidária e sem ligação direta com o movimento estudantil organizado” (PRADO, ARRUDA E ROCHA, 2009, p. 224)

Com o tempo, esse espaço de troca passa a se configurar como uma rede de sociabilidade para gays, lésbicas e também heterossexuais aliados a causa na universidade que possibilitou que várias denúncias de discriminação na universidade surgissem (PRADO, ARRUDA E ROCHA, 2009):

As denúncias variam de discriminação por parte da segurança dos campi à impossibilidade de se recorrer a determinados mecanismos de assistência estudantil, pois eles não reconhecem a problemática da homofobia como propiciadora de vulnerabilidades sociais, passando por relatos de declarações homofóbicas em tom jocoso, em sala de aula, por parte de professores/as. (PRADO, ARRUDA E ROCHA, 2009, p. 224)

O esforço empreendido pelo grupo sempre foi no sentido de se fazerem visíveis as práticas naturalizadas de discriminação e inferiorização baseadas na orientação sexual e identidade de gênero nas universidades e apontá-las como não naturais, questionando-as na esfera pública (PRADO, ARRUDA E ROCHA, 2009).

Considerações finais.

Tentamos apontar nesse texto alguns elementos teóricos relativos a possibilidade de expressão do conflito e da emergência de ações coletivas dentro das universidades. Buscamos na literatura alguns elementos conceituais relativos a atuação dos movimentos sociais e a forma como eles tem atuado no Brasil tomando o movimento LGBT como exemplo. Procuramos traçar uma breve trajetória desses movimentos tomando os fenômenos da diversificação das formas de atuação e da institucionalização dos movimentos sociais.

Esses dois fenômenos são importantes para compreendermos a

manifestação dos conflitos sociais nas universidades. A universidade ocupa um espaço intermediário entre sociedade civil e Estado, muitas vezes borrando os limites entre esses dois espaços e muitas vezes transcendendo os dois. Na medida em que há o aumento do contato entre pesquisadores e organizações dos movimentos sociais há a influência recíproca entre os dois e a universidade se torna um importante ator das redes dos movimentos.

Os movimentos estudantis têm sido historicamente os atores políticos privilegiados dentro das universidades. Entretanto, é possível localizarmos um desgaste na legitimidade da representação deles junto aos estudantes que passaram a construir novas formas de ação coletiva para expressarem suas demandas. A emergência dessas novas formas de conflito aponta para a denúncia política e epistemológica de lógicas de subalternização existentes nas universidades e faz emergir um novo tipo de comprometimento ético por parte dos sujeitos envolvidos com a produção do conhecimento. Pesquisadores/as começam a se preocupar em estabelecer parâmetros de uma ciência comprometida com o que estuda e engajada com a transformação social.

Esse contexto possibilita que estudantes se apropriem das demandas dos movimentos sociais e comecem a apontar as mesmas lógicas de exclusão no interior das instituições acadêmicas, configurando novas formas de militância nas universidades. Um exemplo é o GUDDS!, um grupo que surgiu para denunciar constantes situações de homofobia na UFMG.

Abstract: This paper aims to point out some theoretical elements for the expression of the conflict and the emergence of collective action within universities. We brought conceptual elements in the literature concerning the role of social movements in Brazil taking the LGBT movement as example. We seek to trace a brief history of these social movements from the diversification of forms of action and its institutionalization. The extent to which there is increased contact between researchers and social movement organizations there is a reciprocal influence between the two and the university becomes an important actor in the networks of movements. This context allows students to take ownership of the demands of social movements and start pointing the same logic of exclusion in academic institutions. An example is the GUDDS!, a group that emerged to denounce situations of homophobia at UFMG.

Key-words: Social movements. Conflict. Collective actions. University. Production of knowledge.

Referências:

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**. n.76, pp. 49-86,2009.

AUGUSTO, N. M. A juventude e as políticas: desinstitucionalização e individuação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 81: 155-177,2008.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Vol. 50, nº 3, Rio de Janeiro, 2007.

BACELAR, Rafael Prosdocimi. **Onde o político tradicional vai, o ambiental muito mais profundo:** Ambientalismo, ação política e subjetivação de jovens cariocas. 2010. Dissertação de Mestrado em Psicologia – UFRJ, Rio de Janeiro,.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90:** política e sociedade no Brasil. São: Brasiliense, 1994.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. No 24 Set /Out /Nov /Dez 2003 .

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90:** política e sociedade no Brasil. São: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: do que estamos falando? In: MATO, Daniel. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACE, Universidad Central de Venezuel, p. 95-110, 2004.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Revista Bagoas**, v. 3, n. 04, jan/jun, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2010.

MAGALHÃES, Manuela de Sousa; CRUZ, Daniel Antonio Gomes; ALVES, Suellen

Guimarães; RODRIGUES, Thalita. Universidade e sociedade em Movimentos: Perdidos e achados na tradução de saberes. In: MAYORGA, Claudia (org.). **Universidade Cindida, Universidade em Conexão: Ensaio Sobre a Democratização da Universidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG: 2010. p 92-126.

MATOS, Marlise. O Campo científico-crítico-emancipatório das diferenças como experiência da descolonização acadêmica. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

MAYORGA, Claudia; ZILLER, Joana; SOUZA, Luciana Maria de; COSTA, Fabíola Cristina Santos. Universidade e Diversidade sob o Olhar da Representação Discente. **Rev. Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 3 (1). São João Del Rey, agosto, 2008.

MAYORGA, Claudia e SOUZA, Luciana Maria de. Ação Afirmativa na Universidade: Quando ruídos se tornam vozes. In: MAYORGA, Claudia (org.). **Universidade Cindida, Universidade em Conexão: Ensaio Sobre a Democratização da Universidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG: 2010, 204-233.

MAYORGA, Claudia; PRADO, Marco Aurélio Maximo; SOUZA, Luciana Maria de; MARÇAL, Marina; LINO, Tayane Rogéria. Entre a nomeação e a instituição: reflexões a partir da juventude rural no sindicato. In: MAYORGA, Claudia; PRADO, Marco Aurélio Maximo; CASTRO, Lucia Rabello de (org.). **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa: 2012, 99-120.

MAYORGA, Claudia; PRADO, Marco Aurélio Maximo; CASTRO, Lucia Rabello de. Juventude e os paradoxos da política. In: MAYORGA, Claudia; PRADO, Marco Aurélio Maximo; CASTRO, Lucia Rabello de (org.). **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa: 2012, 261-272.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes. 2001

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes: Collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Representation and Deliberation in Civil Society. **Brazilian Political Science Review**, 2 (2). 2008.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 66, Outubro 2003: 117-149

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Cultura e política: A experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 81, Junho 2008: 179-207

NORRIS, Pippa. **Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism**. Cambridge: Cambridge University Press. 2002.

PEREIRA, Marcus Abílio Gomes. **Cyberativismo e democracia: Movimentos sociais e novos repertórios de acção**. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade de Coimbra, Coimbra.

PRADO, Marco Aurélio Maximo; ARRUDA, Daniel; ROCHA, Leonardo Tolentino. “O litígio sobre o impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia”. **Revista Bagoas**, v. 3, n. 4. 2009.

PRADO, Marco Aurélio Maximo; MOUNTIAN, Ilana; MACHADO, Frederico Viana; SANTOS, Leonel Cardoso. Los movimientos LGBT y las luchas por la democratización de las jerarquías sexuales en Brasil. **Revista Digital Universitaria**. Vol. 11 nº 7, jul. Disponível em: <http://www.revista.unam.mx/vol.11/num7/art68/index.html>, 2010.

Prado, Marco Aurélio Máximo; Machado, Frederico Viana. Muito Além do Arco-Íris: A Constituição de Identidades Coletivas Entre a Sociedade Civil e o Estado. **Annual Review of Critical Psychology** 11, 2014

REIS, Roberto Alves; MAGALHÃES, Manuela de Sousa; AZEVEDO, Elizângela Ribeiro de; MONTEIRO, Igor Ramon Lopes. Hierarquias e Preconceitos na Universidade Pública: Interpelações e Enfretamentos Possíveis. In: MAYORGA, Claudia (org.). **Universidade Cindida, Universidade em Conexão: Ensaio Sobre a Democratização da Universidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 11ª Edição, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado, Brasília**, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan/abr 2006.

SILVA, Marcelo Kunrath. Sociedade civil no Brasil: Institucionalização e/ou contestação. **Em Debate, Belo Horizonte**, v. 3, n. 4, p. 37-43, dez. 2011.

Texto acadêmico recebido em: 12/03/2014

Processo de Avaliação por Pares: (Blind Review - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 05/05/2014

Revista Multidisciplinar Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424